

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

**Textos, contextos e personagens no horizonte de 1963: política e cinema
na capital de Minas Gerais**

Daniela Giovana Siqueira *

Resumo: Este artigo procura pontuar alguns aspectos do ambiente político presente na prefeitura municipal de Belo Horizonte no ano de 1963, destacando também traços do contexto social e cultural da cidade. Composição de uma teia de significados que apontam elementos capazes de destringer uma produção de filmes cinejornais feitos naquele ano pelo poder público municipal.

Palavras-chave: cinejornais – Belo Horizonte – história.

Abstract: This article aims to emphasize aspects present in the political environment of the city hall of Belo Horizonte in the year of 1963. Also, highlighting some traces of the social and cultural context of the city, elements of meanings that could explain the production of newsreels films made in that year for the local government.

Keywords: newsreels – Belo Horizonte – history.

Belo Horizonte no início da década de 1960 ocupava o lugar de quarta maior cidade brasileira, com aproximadamente 700.000 habitantes, a espera de atingir o seu primeiro milhão. Era o auge do processo de metropolização da cidade que, segundo o PLAMBEL – Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte -, ocorreu entre os anos de 1950 e 1977.

Em 1950, a cidade tinha pouco mais de 350 mil habitantes e viu esse número dobrar durante os dez anos seguintes devido, principalmente, ao êxodo rural, que teve na época um movimento bastante significativo. Neste período, o processo modernizador se instala definitivamente na capital mineira, ficando conhecido como “década da indústria”, impulsionado pela criação das Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), em 1952, que consolidou a instalação da indústria siderúrgica. “Assim, só, de fato, na década de 1950 é que o desenvolvimento industrial de Belo Horizonte pode se dar sem os constrangimentos da carência de energia elétrica” (PAULA, MONTE-MÓR, 2001: 39).

A capital de Minas Gerais havia então passado por uma década de intensas modificações, num processo de transformação que pretendia diminuir os aspectos interioranos

* Mestranda. Universidade Federal de Minas Gerais. CNPQ

da cidade e dar início a uma modernização que projetaria o município em escala internacional. Sob o ponto de vista histórico, a perspectiva de um impulso modernizador ditou a face belo-horizontina no período, que já sinalizava por sua vez, os contornos político-administrativos da década seguinte.

A cidade no início dos anos de 1960 é o reflexo de obras construídas sob a vertente modernista cavada nas duas décadas anteriores. O prédio do Departamento Estadual de Trânsito (Detran-MG), localizado na Avenida João Pinheiro, representa um exemplar típico das construções que ocorreram na capital mineira nesta época. Inaugurado em janeiro de 1960, causou forte impressão aos belo-horizontinos, não só pela qualidade de sua construção, mas, sobretudo, pela sua concepção estética. O edifício Mesbla, na Avenida Afonso Pena, também foi um marco do período. Mas, em nome do progresso, algumas construções do início da cidade já cediam espaço aos modernos “arranha-céus”, de dez andares. O Grande Hotel de Belo Horizonte foi demolido para construção do moderníssimo Conjunto Arcanjo Maletta. Localizado bem no centro da cidade, na Rua da Bahia, o edifício Maletta assume então o posto de referência cultural de Belo Horizonte. O prédio reunia na época, a nata intelectual envolvida com o universo da política e estudantes que fomentavam a ação cultural para ser empregada de forma crítica no cotidiano da cidade. A década de 1960 inaugura novas tendências. O clima calmo se rende agora em definitivo aos imperativos da metropolização, rompendo com os comportamentos que referendavam o início do século. O asfalto nas ruas passa a dominar o cenário urbano, anunciando o fim dos bondes e a chegada dos ônibus, além do significativo aumento no número de carros particulares.

Com um crescimento médio de 7% ao ano devido ao intenso processo de urbanização migratória, a cidade chega aos anos de 1962 e 1963 com uma grave situação populacional, vendo o surgir novas favelas como a Padre Lage, Frei Carlos Josefa e João XXIII. O problema era tão grave que em 1964 é aprovada a lei nº 1072 que cria a Superintendência das Terras Urbanas e Rurais para fins de aproveitamento social. Mesmo assim, Belo Horizonte continuou a viver à mercê das leis do mercado imobiliário, que faziam nascer novos bairros numa velocidade impressionante. O cinema não ficou de fora deste processo de extensão na ocupação do solo, e marcou sua presença mesmo em áreas mais afastadas do centro, onde foram construídas salas de exibição nos bairros. Este movimento se configurou como um dos principais destaques na relação da cidade com a grande tela durante a década de 1960.

As altas taxas de crescimento demográfico, associadas à concentração do capital e da renda contribuem para a formação de um espaço de segregação, tanto no que diz respeito à especialização das atividades econômicas, quanto das desigualdades sociais. Intensifica-se a pobreza da metrópole, proliferam as favelas.

Inserida em um projeto desenvolvimentista racional, traçado inicialmente em sua fundação, o crescimento físico-espacial da cidade torna-se intenso; a concentração cumulativa de serviços e capital delinea rapidamente as marcas de macrocefalia. Belo Horizonte, já muito grande, reúne nos seus espaços, as contradições do processo intenso de urbanização. (ARAÚJO, 1995: 45) “o planejamento na cidade, mesmo em suas épocas de maior prestígio e atuação (...) – foi, sobretudo, instrumento auxiliar dos interesses do mercado, (...) que jamais foram afrontados, mesmo quando assim o exigia o interesse coletivo”(PAULA e MONTE-MÓR, 2001: 40).

Com uma campanha eleitoral que trazia por slogan a frase: Carone realiza mesmo! E com uma proposta de renovação política pautada na idéia de que Belo Horizonte precisava de um “homem dinâmico e realizador”, “capaz de enfrentar e solucionar os problemas de Belo Horizonte”¹ ex-prefeito no interior, e “sem compromissos” com a elite burguesa da capital, mas com uma sólida carreira política, as eleições de 7 de outubro de 1962 sagrou vencedor em primeiro turno o então Deputado Estadual Jorge Carone Filho, candidato do PR- Partido Republicano tendo como vice-prefeito Jair Negrão de Lima do PSD- Partido Social Democrata.

Nomeado tabelião em Visconde do Rio Branco, em 1945 foi chefe do denominado “movimento queremista” (Constituinte a favor de Getúlio Vargas) na Zona da Mata, participando no mesmo ano da fundação do PTB- Partido Trabalhista Brasileiro em Minas Gerais.

A história do PTB ficaria, portanto, definitivamente marcada em suas origens pela relação do partido com os queremistas (...). Logo após a queda de Vargas, os trabalhistas receberam, de imediato, a orientação para transformar os comitês queremistas, que se multiplicavam em grande número de cidades, em diretórios do PTB, e em comitês eleitorais para apoio dos candidatos petebistas nas eleições que ocorreriam no final de 1945. (DELGADO, 1989: 48)

A cidade que inicia o ano de 1963 reclama intervenções sérias. Se o impasse de energia havia sido solucionado com a criação da Cemig para suprir a carência dos serviços antes de responsabilidade de empresas privadas, outros problemas ainda precisavam de intervenções mais ousadas.

¹ Frases retiradas de material de campanha à prefeitura em 1962. Documentos do Arquivo Pessoal de Jorge Carone Filho.

A manchete do jornal Binômio, de vertente esquerdista, trazia “Ultimatum dos concessionários ao prefeito e à Câmara: ônibus vão parar se não sair aumento já”.² Em outra manchete: “Relatório oficial diz: telefônica é incapaz”, neste “artigo contra a compra das concessionárias de telefones e eletricidade, eu dava esta informação impressionante sobre a atuação da Cia. Telefônica de Minas Gerais, filial da Light: em 34 anos de presença na cidade, só instalou 19 mil aparelhos”. (RABÊLO, 1997: 51)

O Relatório de Gestão de 1963 traça importantes aspectos institucionais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte percebendo a atuação que ela mesma relata de si. Observando o cenário institucional, que é por essência político e trazendo para o presente sua eminência histórica. Segundo a Lei da Organização Municipal (hoje Lei Orgânica do Município) no Capítulo V, que determina os deveres do prefeito, art. 77, inciso VI compete ao prefeito, apresentar, no último mês de seu mandato, relatório geral de sua administração, prestando as contas relativas ao período final desta.

O documento referente àquele ano foi apresentado à câmara no dia 12 de fevereiro de 1964. Já em sua introdução apresentava o destaque que o serviço de obras tinha ganhado no município no primeiro ano de governo do Sr. Jorge Carone Filho.

Ao observarmos os múltiplos aspectos da Capital em suas exigências chegamos à conclusão de que não era fácil determinar por onde começar. Grandes obras de base estavam sendo um desafio a quem possuísse disposição. Por elas começamos um vasto programa de realizações. Em Belo *Horizonte* entretanto, quase nada aparece. Grande em tudo, a Capital cresce sem proporções, superando todas as estimativas³

Dois focos se mostraram bem claros na atuação da prefeitura naquele ano: resolver o grave problema de água enfrentado pelo município e a realização de obras de infraestrutura como habitação e vias públicas.

Este o sentido explícito do Relatório de Gestão do ano de 1963, que é, em última instância, a defesa de uma administração que privilegiou ações que atendessem a uma necessidade proeminente de busca por infra-estrutura básica no município, ao mesmo tempo em que esta mesma administração precisava ser ágil e eficiente o suficiente para conseguir junto à população o respaldo eleitoral para as eleições estaduais de 1965. Sim. A carreira política de Jorge Carone Filho já se formatava em busca do próximo desafio eleitoral: fazer do prefeito da capital o próximo governador do Estado de Minas Gerais.

Ao completar 66 anos de idade no dia 12 de dezembro de 1963, a prefeitura providenciou para a população a revista BH-63. O trabalho de pesquisa e redação ficou a cargo da Seção de Pesquisas e Estatísticas da Divisão de Documentação e Estatística do

² Edição de 22/04/1963

³ Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - Relatório de Gestão 1963.

Departamento de Administração. A ordem partiu do executivo. O texto que funciona como uma espécie de introdução ao conteúdo da publicação, traz em si um importante recado providenciado pela prefeitura que se apropria e expõe a um só tempo, anseios e imagens sínteses do imaginário social da cidade como as idéias de modernidade e progresso associando este imaginário ao trabalho do executivo municipal.

Neste aniversário de Belo Horizonte, o Brasil inteiro assiste, olhando para a Capital de Minas Gerais, ao espetáculo a um tempo curioso e formidável das perspectivas contrariadas, da utilização das previsões, do escândalo de um crescimento que ridiculariza comportas e salta as *tabelas* estatísticas. Belo Horizonte não é somente a 4ª cidade do Brasil, agasalhando a qualquer hora de observação um milhão de habitantes. **É a cidade que mais cresce em todo o mundo, cidade que precisa duplicar as casas para abrigar seu povo, triplicar as ruas para abrigar os carros, multiplicar a água para não morrer de sede.** Um crescimento assim, torna inúteis pequenos esforços e pequenos os grandes trabalhos. A atual administração vive sob o signo de uma realidade de soluções. Empenha-se em obras de grande significado, algumas das quais sem a correspondente aparência para converter os incrédulos. A realidade, a face autêntica de Belo Horizonte, com o que tem, o que está sendo feito, está em síntese neste trabalho, sem pretensão, mas verdadeiro. ⁴

A revista teve por objetivo divulgar as atividades do 1º ano da administração Jorge Carone Filho. Mas revela muito mais, a notar, pelo texto que a introduz. Esta tessitura institucional propiciada por dados apresentados pelo Relatório de Gestão municipal e por este material de divulgação do período servem como subsídios para a leitura dos aspectos institucionais do poder público municipal.

O tripé: político, histórico e institucional de Belo Horizonte no ano de 1963 confere um contorno especial a cidade neste período. Um espaço urbano expressando contradições visíveis entre um anseio modernizador e a existência de grandes dificuldades na infra-estrutura de serviços básicos como telefonia, habitação e abastecimento de água. Uma prefeitura que possuía uma estrutura administrativa herdada de meados da década de 1950 e que na década de 60 precisaria dar conta de novos problemas administrativos obrigando a criação de superintendências⁵ e serviços⁶ para atender as crescentes demandas do município. E uma conjuntura política em que atuavam forças contrárias entre si (governo federal e governo estadual) influenciando a cidade na sua própria condução político-administrativa. Pela multiplicidade destes aspectos, se justifica a escolha do ano de 1963, para análise da produção específica de filmes políticos realizados pelo executivo municipal na cidade de Belo Horizonte no primeiro ano de administração do prefeito Jorge Carone Filho.

⁴ Revista BH-63. Seção de Pesquisas e Estatísticas da Divisão de Documentação e Estatística do Departamento de Administração da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Encontrada no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

⁵ Lei nº 1072 de 02/01/1964 cria a Superintendência das Terras Urbanas e Rurais

⁶ Decreto nº 10634 de 29/03/1963 cria o Serviço de Relações Intermunicipais

Enquanto a comissão de construtores comandada por Aarão Reis planejava com uma racionalidade matemática os contornos geométricos da futura capital de Minas Gerais, a Europa conhecia em 1895 a invenção do cinema feita pelos irmãos Lumière. “Assim, Belo Horizonte nasceria em 1897 já sob o signo audiovisual exibindo sua primeira sessão de cinema seis meses depois, em 10 de julho de 1898, quando a cidade ainda buscava se entender enquanto nova capital” (BRAGA *et alli*, 1995:7). Neste trabalho não temos espaço para elucidar a relação da cidade com o cinema pelo fio da permanência no tempo, desde a sua fundação até à década de 1960 como gostaríamos de fazer. Mas para se ter uma idéia, nos “primeiros oitenta anos da capital quase uma centena e meia de salas de exibição se movimentaram no tempo e no espaço” (BRAGA *et alli*, 1995: 11).

Mas o nosso foco é mesmo o início da década de 1960, porém, não podemos entendê-la sem antes conhecer um pouco do que se passou na cidade na década anterior.

Nos anos de 1950, a cidade já apresentava um público cativo, bastante aplicado. Ir ao cinema configurava-se em um hábito quase religioso, que revelava por sua vez, a importância social que possuía. Em um depoimento do cineclubista Raimundo Fernandes é possível sentir o tom deste clima:

“Belo Horizonte ainda era uma cidade pequena, que propiciava e facilitava o agrupamento das pessoas. (...) Desistia-se de um almoço para ficar conversando sobre cinema. Na estréia de *Cantando na Chuva*, em uma noite de sábado, no Cine Metrópole, ficaram, todos, o resto da noite sem dormir, encantados pelo filme.” (RIBEIRO, 1997: 45)

A experiência cinematográfica da cidade de então, tornava possível existirem outras formas de se transmitir emoções por meio das imagens em movimento. O modelo, inaugurado no final de 1949, chamava-se Cine-Grátis. O projeto percorria vários bairros da cidade apresentando filmes de longa ou curta-metragem, além de *shows* e concursos voltados para a população. As sessões começavam às 19 horas e chegava a reunir cerca de duas mil pessoas, que formavam um público fiel à iniciativa. O custo era arcado por patrocinadores que tinham suas peças publicitárias anunciadas em *slides* coloridos nos intervalos das películas.

“As imagens urbanas são signos da cidade e atuam como mediadoras do conhecimento dela. Assim, se faz necessário, além de ver a imagem urbana, discriminar características que revelem como outra face, a cidade como objeto de conhecimento”. (FERRARA, 2002: 118). A imagem urbana é um dado perceptivo, permite desenvolver a informação que a vivência urbana estimula. Uma cena em que se vêem duas mil pessoas em

pé, reunidas nas ruas e em praças públicas à frente de uma tela que recebia a projeção de uma luz e com isso imagens em movimento de seres humanos falantes podiam ser vistas é no mínimo muito curiosa. Mas para, além disso, o número de expectadores, a itinerância e as características do projeto Cine-Grátis demonstram intrínsecas relações de interesse da população belo-horizontina com o cinema.

O poder público municipal não se punha à parte deste fluxo popular do cinema e da cidade e também propunha sua atuação na área. Por meio da Lei Municipal nº 0522 de 30 de novembro de 1955 foi criada a Seção de Cinema Educativo da Prefeitura que se destina a promover exibições cinematográficas de caráter educativo e cultural nos estabelecimentos de ensino mantidos pela Municipalidade, bem como a colaborar na campanha de educação popular nos bairros e vilas da Capital. A nova seção era subordinada ao Serviço de Turismo e Recreação do Departamento de Educação e Cultura. O artigo 5º desta lei é enfático atribuindo ao próprio prefeito à tarefa de baixar as instruções reguladoras das atribuições do Cinema Educativo. Nenhuma documentação sobre as atividades desta seção foi encontrada junto ao Arquivo Público, Câmara Municipal ou departamentos da atual prefeitura para que um quadro mais amplo desta ação governamental pudesse ser melhor estudado. Mas o indício da atuação da prefeitura na área do cinema fica registrada e o foco da ação bem delimitado, como mostra o texto do Art. 4º do Decreto nº 0478 de 25 de maio de 1956: “as exibições cinematográficas, preferencialmente de películas educativas serão feitas nos estabelecimentos de ensino mantidos pela Municipalidade, em logradouros públicos e em outros recintos, a critério do Prefeito”. A administração municipal já estava atenta às possibilidades do cinema e de sua eficaz absorção pela população da cidade. Ter às mãos um arcabouço montado que pudesse colocar a municipalidade próxima das pessoas, e, ao mesmo tempo, poder se fazer presente neste fluxo cinematográfico de grande repercussão na cidade, seria em verdade uma atuação bastante positiva. Um outro indicativo para esta afirmação apóia-se no fato de em 1961 a Seção de Cinema ter subido na hierarquia da administração municipal passando a integrar a estrutura do Serviço de Relações Públicas, subordinado diretamente ao Gabinete do Prefeito.⁷ A portaria nº 0997 de 5 de dezembro de 1958 expressa em seu texto a consciência do poder público municipal com a relação que a cidade travava com o cinema. “Considerando que o cinema é uma das diversões mais difundidas na Capital mineira (...) fica criada a Comissão Especial de Fiscalização de Cinemas, diretamente ligada ao Departamento de Fiscalização (...) Esta Comissão promoverá diligências, vistorias e, se necessário, perícias para o rigoroso

⁷ Lei 0860 de 10 de fevereiro de 1961.

exame técnico das instalações de cada cinema, especialmente para o fim de lhe ser concedida licença especial, para que funcionem como exibidores de filmes da categoria cinemascopé”. A comissão era mista e contou inclusive com a participação do cineclubista e jornalista Ciro Siqueira, à época, um dos nomes mais influentes na crítica e do fomento à discussão cinematográfica na cidade de Belo Horizonte.

Belo Horizonte ficaria conhecida e se tornaria respeitada por sua vocação crítica e pensadora do cinema, produtora sim de conhecimentos sempre bem trabalhados em torno do cinema como arte e cultura. O ícone deste movimento foi a Revista de Cinema, publicação fundada em abril de 1954 que transformou a cidade em um pólo difusor do pensamento filmográfico nacional.

Exemplo do alcance da revista pode ser percebido no depoimento de Geraldo Veloso sobre um encontro que ele teve com Glauber Rocha, quando este esteve na cidade.

Eu falava com ele: ‘Vocês estavam muito mais avançados do que nós. Estávamos falando sobre os filmes, buscando teorias do específico filmico e vocês estavam metendo a mão na massa. Para a minha geração, isso era muito importante’. Ele então respondeu: ‘Nós estávamos fazendo filme na Bahia, porque a gente estava lendo a Revista de Cinema (RIBEIRO, 1997:41).

A década de 60 continua a registrar um crescimento no número de salas de cinema do circuito comercial, principalmente nos bairros. O movimento cineclubista por sua vez lança mão de câmeras de 16mm para registrar anseios e trazer para a prática cinematográfica as reflexões feitas no interior dos encontros. Um impulso de produção contínuo ao longo da década de 1960 e bastante representativo do período. Contracenando com este cenário, outras produções.

Entre o registro das obras públicas realizadas pela prefeitura e o relato cinematográfico dos fatos socioculturais dos belo-horizontinos, vinte e sete cinejornais foram produzidos naquele ano de 1963. Ao redor do gestor público municipal, a construção de um discurso sobre a cidade, revelando uma correlação de forças políticas, parte de um jogo, de um conflito social presente no interior da municipalidade da capital de Minas Gerais. Elementos que tecem os fios de uma produção cinematográfica feita para atender ao poder público municipal.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Maria Luiza Grossi. *Percepção e planejamento em ambiente urbano: o projeto de renovação do centro de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Instituto de Geociências da UFMG. (Dissertação, Mestrado em Geografia), 1995.

BRAGA, Ataídes et. al. *O fim das coisas: as salas de cinema de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/ Secretaria Municipal de Cultura/Centro de Referência Audiovisual, 1995.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB do Getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: editora Marco Zero, 1989.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. *Os significados urbanos*. São Paulo: Ática, 2002.

PAULA, João Antonio de, MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. As três invenções de Belo Horizonte. In: *ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE BELO HORIZONTE*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/ Secretaria Municipal de Planejamento/ Departamento de Informações Técnicas, 2001.

RABÊLO, José Maria (direção). *Binômio. Edição histórica*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias/Barlavento Grupo Editorial, 1997.

RIBEIRO, José Américo. *O cinema em Belo Horizonte: do cineclubismo à produção cinematográfica na década de 60*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.